



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019

Data: 28/02/2019 Local: Espaço Energia

Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Erivaldo M. Marques	Conselheiro Titular - Residencial
Didímo Pereira Cabral	Vice-Presidente - Poder Público
Denise Simões	Secretária Executiva - Titular
Dian Brito	Secretário Executivo - Suplente
Justino Mendes de Aquino	Conselheiro Suplente - Rural

ENERGISA / CONVIDADOS

Fernanda Mathias	Jornalista
Felipe de Souza Arruda	Engenharia de Regulação Técnica da Energisa MS
Heber Selvo	Coordenador da Energisa MS
Gilvar da Silva	Coordenador de Regulação da Energisa
Antônio Marcato	Vice-presidente da Avimasul

1 Às 14 horas do dia 28 de fevereiro de 2019, no Espaço Energia, localizado na Av. Afonso Pena, nº
2 3901, Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária de 2019. A
3 Sra. Rosimeire Cecília da Costa, Presidente do Conselho, deu início à reunião, destacando o
4 quórum necessário, com representantes das classes de consumo, passando à leitura da pauta,
5 conforme segue: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Audiência Pública 052/2018; 3.
6 Audiência Pública 001/2019; 4. Nivelamento sobre a Tarifa Social e próximas ações; 5. Assuntos
7 Gerais; 6. Treinamento sobre tarifa binômica com Felipe de Souza Arruda – Engenharia de
8 Regulação Técnica da Energisa. A presidente suscitou inversão da pauta, iniciando-se, assim, pelo
9 item **5. Assuntos Gerais**; diante da presença do Sr. Antônio Marcato, vice-presidente da
10 Avimasul, para tratar da situação dos avicultores da região de Sidrolândia. Com base nisso, evocou
11 os expedientes 001 e 002, de 24 de janeiro, endereçados à Energisa e ao Concen, que tratam da

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

12 situação dos avicultores da região de Sidrolândia e passa à leitura da memória da reunião ocorrida
13 na última quarta-feira, 27 de fevereiro, na Casa do Trabalhador de Sidrolândia, com presença da
14 Sr. Rosimeire e do representante da Energisa, Sr. Jorge. A presidente apresentou as reclamações
15 dos avicultores quanto ao atendimento em *call center*/URA, em desconformidade com a norma vigente
16 desde 2006 que trata dos *call centers*. De acordo com os avicultores, o sistema emperra depois da
17 etapa de protocolo, sem dar opções para prosseguimento do atendimento. Além disso, foi relatada
18 situação de UC que, no fim do ano, recebe fatura com valor exorbitante, situação que ocorre há três
19 anos; foi solicitado acompanhamento da fiscalização do medidor. O Sr. Marcato declarou que no
20 dia 03 de janeiro recebeu uma refatura no valor de R\$ 8 mil, após ter recebido uma anterior, no dia
21 26, e foi à agência de Sidrolândia que, em 24 horas, emitiu comunicado de que não haveria erro de
22 faturamento, porém, ao questionar, novamente, via 0800, teria sido comunicado sobre erro que
23 deveria ser resolvido pessoalmente. Por fim, foi inscrito no Serasa e o acesso ao crédito se
24 complicou. O avicultor faz um apelo ressaltando que os produtores não se eximem de pagar, mas
25 que ainda acumulam prejuízos da greve dos caminhoneiros, no fim do primeiro semestre de 2018,
26 quando muitos animais acabaram estocados, sendo que 30 abatedouros estão com remessas
27 interrompidas; por isso pedem que a concessionária não envie os nomes dos titulares aos órgãos de
28 proteção porque isso dificulta o acesso ao crédito, a continuidade da atividade e a regularização do
29 débito. A presidente relata caso de uma consumidora cuja conta venceu 12 de fevereiro e na
30 ocasião da visita, 27, recebeu notificação de que seria suspenso o serviço e seu nome inscrito no
31 SPC e Serasa. Segundo Sr. Marcato, o prazo razoável para regularização seria a distância de nota
32 de 60 dias, considerando que o lapso de tempo entre alojamento e abate ficou dilatado desde a
33 greve dos caminhoneiros. Ele calculou que a avicultura no Estado represente receita de R\$ 17
34 milhões para a Energisa. Outra reclamação é quanto às interrupções de quatro, dez e até catorze
35 horas seguidas, havendo caso de granja que permaneceu tanto tempo sem energia que a fatura veio
36 zerada, diante dos depósitos de transgressões pela Energisa. Os avicultores relataram problemas
37 por falta de manutenção de rede, necessidade de podas constantes e se mostraram solidários para
38 contribuir com máquinas, além de fornecer um mapa dos problemas na região. Um dos problemas
39 pontuados são as constantes oscilações na Estação Serrote, causando queima de equipamentos,
40 muitas vezes caros, importados e sem manutenção no País, além de substanciais perdas nas
41 granjas, com mortalidade de frangos. Ao todo, o documento entregue pelo Concen à Energisa
42 reúne situações de 12 UCs. Dentre elas, consta, ainda, situação de produtora que autorizou nova
43 rede passar por sua propriedade – esta mais segura, caracterizada pela junção de redes – mas,
44 apesar de autorizar a passagem, não foi conectada à rede. O secretário suplente Sr. Dian destacou
45 que os casos serão internalizados, que à medida em que são adotadas soluções, como a adoção de
46 religadores, são relatadas outras situações, por isso é importante estar junto aos produtores e
47 consumidores para desenhar planos de ações, com manutenção começando pelos pontos mais
48 críticos. Também se compromete a encaminhar o pleito quanto aos prazos para inscrição em órgão
49 de proteção ao consumidor e levar a situação ao conhecimento do Sr. Jonas Ortiz, coordenador
50 comercial da Energisa MS, para encontrar solução. Sr. Marcato observou que os religadores
51 melhoraram a qualidade do serviço, mas que as oscilações foram percebidas após instalação de

52 novo ramal para atender propriedade rural específica. Por fim, lembrou que a falta de aquecimento
53 implica em rápida mortalidade dos frangos, portanto, uma atividade altamente sensível. Rosimeire
54 questionou se os avicultores permaneciam na linha prioritária de fornecimento (Resolução 414
55 Aneel), o que foi confirmado pelo Sr. Heber Selvo que relatou que há casos de sistema de
56 contingência que chegam a quatro dias sem fornecimento. Ainda na área rural, o conselheiro
57 suplente Sr. Justino lembrou sobre ofício encaminhado à concessionária relatando problemas de
58 leitura em propriedade rural de Ponto Murinho, além de queixas sobre registro de consumo
59 excessivo e demora para manutenção, além de ocorrência de avarias em decorrência dos problemas
60 na rede. Também lembrou a todos sobre o treinamento que ocorrerá na tarde de 12 de junho, na
61 Famasul, no âmbito do Renova Bio, em cumprimento à resolução 451/2011, da Aneel. A Sra.
62 Rosimeire frisa que a geração de energia por meio da biomassa e suinocultura, além dos créditos
63 de carbono, configuram importantes saídas ao setor rural na compensação do ICMS. Os subsídios
64 para trabalhar em tais vértices estão previstos em decreto presidencial assinado em março de 2018,
65 que regulamenta a Lei Nº 13.576/17 da Política Nacional de Biocombustíveis. A presidente, que
66 ocupa assento em conselho da EPE (Empresa Energética de Pesquisa), representando a CNC
67 (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), ressaltou que um técnico da
68 área que deve ser convidado para trazer esclarecimentos sobre o tema. Informa que também foi
69 procurada pela secretária da presidência da Famasul, a Sra. Rosângela, que requer, para currículo,
70 comprovação da participação do Sr. Ademar, ex-presidente daquela Federação e também do
71 Concen, à frente do Conselho entre os anos de 2007 e 2008. Ainda em assuntos gerais, o
72 conselheiro Dídimio evocou polêmica sobre o alcance de subsídios, destacando reportagem da
73 Folha de São Paulo apontando que os subsídios que seriam da classe rural e chegam de igrejas a
74 parques aquáticos. Fez uma alusão à iluminação pública que chega a condomínios e que situação
75 similar ocorreria no rural. O conselheiro que representa a classe residencial Sr. Eivaldo relatou
76 situação de consumidora que mudou para a atual residência em 2014 e ao perceber que a fatura
77 estava muito baixa acionou a Energisa, anotando os devidos protocolos, mas foi informada de que
78 a situação estava normalizada. Porém, agora recebe termo de ocorrência de irregularidade (TOI), o
79 que a levou a abrir reclamação, cuja audiência está marcada para abril. O secretário suplente, Sr.
80 Dian, observou que em situações como esta é preciso solicitar a verificação do medidor, tratando-
81 se, provavelmente, de falha de bobina queimada. Porém, a presidente Sr. Rosimeire ressaltou que o
82 CDC (Código de Defesa do Consumidor é Claro) é incisivo quanto à incapacidade técnica do
83 consumidor e se faz necessária a requalificação do *call center* para orientar os clientes e investigar
84 reclamações como esta. A Sra. Rosimeire ressaltou dois eventos próximos que tratarão do
85 fornecimento pela Energisa MS, sendo uma audiência pública na Assembleia Legislativa, no dia 12
86 de março, às 18h30, conduzida pelo deputado Barbosinha e outro no dia 14 de março, pela manhã,
87 do qual está à frente o presidente da AL, deputado Paulo Corrêa, junto da Fiems. Em contato com
88 o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, ficou estabelecido que ele deve estar presente em um dos
89 dois, a ser confirmando, considerando os demais compromissos em agenda. A presidente destacou
90 o reconhecimento do Prêmio IASC, recebido pela Energisa MS e sugeriu capacitação para entender
91 a composição do índice. Outro assunto em pauta foi ofício protocolado no dia 18 de fevereiro, na

92 Energisa, solicitando indicação para composição do Conesp (Conselho Estadual de Serviços
93 Públicos), cujo prazo expiraria na sexta-feira, 01 de março. Sendo assim, a Sra. Rosimeire se
94 dispôs a participar e o vice-presidente, Sr. Dídimo verificaria a possibilidade de também se colocar
95 à disposição. Encerrando o tema Assuntos Gerais, a Sr. Rosimeire destaca a saída do conselheiro
96 Sr. Ildo, que ocupava assento da Indústria e cuja nova indicação é aguardada e o coordenador da
97 Energisa Heber Selvo despediu-se da atuação como secretário executivo, sendo agradecido por
98 todos dos conselheiros presentes diante de suas importantes contribuições em momentos
99 desafiadores para o Setor Elétrico. **1. Aprovação da ata da 1ª reunião ordinária do Concen de**
100 **2019;** recebida por todos os conselheiros por meio do e-mail oficial do Concen, a pauta foi
101 aprovada sem necessidade de leitura durante reunião. **2. Audiência Pública 059/2018; Tarifa**
102 **Binômia;** a presidente mostrou, em tela, a apresentação feita em Brasília, em que o consultor do
103 Concen, Ricardo Vidinich representou o Concen, nos dias 20 e 21 de fevereiro. Da apresentação
104 constam as alternativas apresentadas pela Aneel, que são: 1) a atualização de franquia mínima, 2)
105 custo comercial, 3) custo fixo, 4) custo fixo diferenciado e 5) demanda 6) faixa e qualidade. Na
106 primeira alternativa, o consultor verificou piora das condições; a segunda não se justifica; na
107 terceira e quarta foram encontrados avanços em termos de modelo, além de trazer equilíbrio; a
108 quinta suscita a discussão sobre a viabilidade de substituição de medidores e na sexta, que discute a
109 inserção de qualidade como variável, foi verificado um avanço, como subcenário mais adequado
110 para aprimoramento do modelo tarifário para a baixa tensão. De uma forma geral, o modelo da
111 quarta proposta, contemplando as faixas de consumo (4b), foi considerado o mais adequado por
112 representar redução tarifária e os maiores resultados pictóricos. A Sra. Rosimeire lembrou que o
113 prazo para contribuições se encerra em 18 de março e reforçou a necessidade de renovar
114 contratação do consultor, Sr. Ricardo Vidinich, diante da experiência do técnico e a importância de
115 participar dos processos. “Precisamos entender o que temos de cobrar da concessionária, que são
116 os seus ativos: rede e fio. O que queremos sempre é modicidade tarifária, temos processo de
117 elaboração de minuta e o Conselho ainda pode intervir”. 3. Audiência Pública 001/2019; Obter
118 subsídios para a Análise de Impacto Regulatório - AIR sobre o aprimoramento das regras
119 aplicáveis à micro e minigeração distribuída (Resolução Normativa 482 de 2012). A primeira
120 sessão presencial foi no dia 21 de fevereiro, em Brasília; a próxima será dia 14 de março, em São
121 Paulo, e em 11 de abril, em Fortaleza. O conselheiro Dídimo observa, já na abertura da discussão,
122 que a proposta aumenta o valor de custo de disponibilidade. A presidente expôs em tela
123 apresentação do consultor Sr. Ricardo Vidinich, com alternativas estudadas pela área técnica da
124 Aneel, uma vez que as regras atuais podem ensejar custos elevados para quem não instalar geração
125 própria. O impacto é calculado em R\$ 68 bilhões, sendo R\$ 63 bilhões de ICMS, PIS e Cofins,
126 subsídios cruzados que acabam sendo carreados pelos demais consumidores. A sugestão é de
127 transição para os que já instalaram; transparência para todos os consumidores, de forma que não
128 devem existir subsídios dos consumidores para os produtores ou “prosumidores”. “Na geração, não
129 podemos suportar mais esse encargo pelo prazo sugerido pela Aneel até 2025. Estamos em contato
130 com comissão da Aneel no apoio regulatório, para nos manifestarmos”, disse a presidente. **4.**
131 **Nivelamento sobre a Tarifa Social e próximas ações;** A Sra. Rosimeire observa que desde

132 outubro de 2018 as ações começaram a ser desenhadas, primeiro com uma visita na Energisa, onde
133 foi sugerido trabalhar com indígenas. Uma vez aprovadas pelo Conselho, as ações em aldeias de
134 Sidrolândia e Dois Irmãos do Burit ocorreram nos dias 19 e 20 de fevereiro, com presença da
135 presidente do Concen e a Sra. Márcia Sandim, da Energisa. Relata que o trabalho foi frutífero,
136 houve conversa com as lideranças e surpreendeu a quantidade de pontos de luz acesos em plena luz
137 do dia, constatando caso de uma igreja com 16 pontos simultaneamente ligados. “Trabalhamos
138 essa conscientização com os alunos, conversamos com uma nova liderança, expliquei o
139 funcionamento do condomínio”, disse a Sra. Rosimeire, lembrando que trata-se de trabalho de
140 fôlego. Relata que proposta de qualificação de indígenas como eletricitistas básicos, por meio de
141 curso do Senai, teve boa aceitação do secretário de Educação de Dois Irmãos do Buriti, o
142 município oferece transporte e a sugestão é que as aulas ocorram durante o período de férias. A
143 Sra. Rosimeire questiona se a capacitação poderia ser feita com recursos de eficiência energética,
144 situação que será checada pela Energisa, conforme informou Sr. Dian. A presidente destacou,
145 ainda, que foi contatada pela defensora pública Marisa, de Dourado, que deseja ação semelhante
146 com entrega de Revista Coquetel para alunos das aldeias Jaguapiru e Bororó. A ideia é fazer um
147 dia com Caminhão da Eficiência Energética, da Energisa e, para ter adesão da comunidade,
148 ocorreria no dia da entrega da cesta básica. A procuradora questionou se a arte da campanha da
149 tarifa social pode receber a logomarca do Procon de Dourados para entrega no município. A
150 presidente do Concen enfatiza a importância da atuação junto às comunidades indígenas,
151 lembrando que a inadimplência nas aldeias já chegou a atingir R\$ 27 milhões. Sobre a Capital,
152 destacou as ações avançadas, com distribuição de *flyers* nas cores da Energisa e cartazes nas cores
153 do Concen. Que 70 pesquisadores do CadÚnico dos CRAS foram capacitados sobre a TSEE e que
154 no último sábado, 23 de fevereiro, o Concen participou de ação social no Parque Lageado e quando
155 chegou já haviam 40 pessoas aguardando. Destacou o caso de Novo Horizonte do Sul, em que a
156 Secretaria de Assistência Social se prontificou a contatar os 140 consumidores potenciais da TSEE,
157 diante do público pequeno e viabilidade, a Energisa avaliará juridicamente a possibilidade,
158 considerando o sigilo dos clientes. Por fim, avaliou que as ações estão alcançando êxito, diante do
159 aumento do número de pedidos de reinserção na TSEE. **6. Treinamento sobre tarifa binômia -**
160 Felipe de Souza Arruda – Engenharia de Regulação Técnica da Energisa MS. O Sr. Felipe explicou
161 o conceito de tarifa binômia e monômia, considerando que no atual modelo o faturamento depende
162 exclusivamente do consumo e a Aneel pretende avaliar o custo que isso traz ao sistema, dando o
163 sinal adequado ao consumidor, além de distribuir os custos da rede, a exemplo de como hoje é feito
164 com o grupo A. Ressaltou que CP 33 “varreu” a estrutura do Setor Elétrico, e, ao fim de consulta
165 pública, foi retirada a obrigação de a tarifa ser binômia até 2021, sendo assim somente aos que têm
166 geração própria. Considerando os métodos alternativos apresentados pela Aneel, a Energisa
167 elaborou cenários que apontaram problemas como fragilidade cadastral, heterogeneidade de
168 comportamento, probabilidade de impacto aos processos comerciais, além de não acabar com
169 subsídio cruzado e necessidade de investimentos que impactariam a tarifa, no caso a substituição
170 de medidores exigira R\$ 30 bilhões. Nos cenários propostos pela Aneel, assim como detectado
171 pelo consultor do Concen, Sr. Ricardo Vidinich, a Energisa aponta o 4b como o mais viável.

172 “Porém, não queremos implantar pelo menos no médio prazo, queremos manter como está porque
173 o principal problema é a dificuldade de entendimento quanto à fatura. Hoje, mesmo com distorção,
174 quem tem menos condições paga menos e a concessionária continua sendo coberta. Colocar um
175 novo algoritmo de faturamento é complexo e o relacionamento com o cliente se complica”. As
176 simulações da Energisa apontam que a tarifa binômica pode acarretar em variação de até 160% para
177 consumo de até 150 kWh e entre os que consomem mais, deve diminuir, promovendo justiça
178 econômica, mas não social. A conclusão que a concessionária apontará à Aneel é de que a tarifa
179 binômica só deve ser aplicada aos micro e minigeradores de energia distribuída, que precisam
180 indicar a potência do inversor; de outro modo, beneficiária uma parcela de consumidores em
181 relação à outra e pioraria a capacidade de compreensão das tarifas, aumentando reclamações e até
182 mesmo demandas judiciais. A compreensão de todos é de que o problema dos benefícios cruzados
183 precisam de imediata solução uma vez que somente em 2018 geraram R\$ 37 milhões de prejuízos
184 que serão repassados ao consumidor. Por fim, a Presidente do CONCEN agradeceu a todos os
185 presentes. Sem mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN



Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN